



Valor Econômico – 14 Out 2003

Fazenda faz duras críticas ao novo modelo

Infra-estrutura Marcos Lisboa aponta falhas estruturais no programa de energia em fase de elaboração

Cláudia Schüffner, Do Rio.

Objeto de insatisfação por parte do setor privado, o novo modelo do setor elétrico que está sendo elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) foi agora alvo também de críticas na sexta-feira, dessa vez vindas dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Em uma reunião realizada na sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Rio de Janeiro, o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, e o titular da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), José Tavares, apontaram falhas estruturais no modelo que está sendo elaborado pelo ministério comandado por Dilma Rousseff.

As críticas foram dirigidas ao secretário executivo do MME, Maurício Tolmasquim, presente ao encontro. "O Marcos (Lisboa) desmontou inteiramente o modelo sob o ponto de vista da teoria econômica", contou o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ex-secretário de Energia do MME, Afonso Henriques, hoje professor da Universidade de Itajubá.

A reunião foi a portas fechadas e dela participaram poucos e seletos convidados - cerca de 20 pessoas no total. Durante o encontro, informou Henriques, Lisboa criticou a ineficiência do sistema de rateio de contratos no pool de energia; apontou para a tendência de aumento do risco regulatório, explicando que isso pode elevar em até 20% o custo de capital, ou seja, o retorno exigido pelos investidores; defendeu que os geradores tenham risco associado à operação; e disse que, a seu ver, o preço da energia tem que ser dado pelo custo marginal - ou seja, o custo das usinas novas - quando o modelo que está sendo desenhado prevê a definição de uma tarifa média.

Essas foram algumas das ponderações de Marcos Lisboa anotadas por alguns dos participantes da reunião, ouvidos pelo Valor, que pediram para não ter seus nomes revelados.

Um consenso entre esses participantes é que "todos os conceitos do novo modelo foram questionados". O único apoio ao novo modelo veio de Gilberto Velho, que estava representando a Associação de Produtores Independentes de Energia (Apine).

Um dos especialistas que participaram da reunião se disse impressionado com a falta de argumentos do secretário executivo de Minas e Energia para se contrapor às críticas apresentadas por Lisboa.

"As principais perguntas não foram respondidas pelo Tolmasquim. E o Marcos Lisboa não concorda com nada do que está sendo proposto", disse esta fonte. A impressão de outro convidado presente ao encontro de sexta-feira é que "o novo modelo não busca a eficiência econômica, não é capaz de atrair capital privado, é incoerente com a atual política econômica do Brasil e precisa ser ajustado".

Entre os que participaram da reunião no Ipea estavam o ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, David Zylberstajn; o ex-coordenador da pesquisa e ex-chefe do departamento estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) hoje lotado no órgão do Planejamento, Armando Castelar Pinheiro; além de técnicos da Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, da Secretaria do Tesouro Nacional, o consultor Mário Veiga e o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, entre outros.

Um dos presentes à reunião no Ipea contou que Maurício Tolmasquim avaliou, em determinado momento, que Cláudio Sales não poderia falar em nome dos agentes privados porque não há consenso entre eles com relação ao novo modelo. Mas foi interrompido pelo secretário de Acompanhamento Econômico, que questionou a abordagem de Tolmasquim.

Maurício Tolmasquim negou conflito entre a Fazenda e o Ministério de Minas e Energia na reunião. "Tivemos uma discussão acadêmica. Não senti nenhuma crítica. Com a Fazenda posso garantir que não teve", disse o secretário.

Para o secretário do MME, na reunião de sexta-feira "houve uma tentativa de levar uma reunião técnica para a área política, mas o Ministério de Minas e Energia e a Fazenda estão em perfeita harmonia".